

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SERVIÇO PÚBLICO



A Inteligência Artificial (IA) é um ramo da ciência da computação que busca desenvolver técnicas e criar dispositivos que simulem a capacidade humana de raciocinar, tomar decisões e resolver problemas. O diferencial é que esses dispositivos são capazes de processar e analisar uma grande quantidade de dados (Big Data) de forma independente, sem a necessidade de intervenção humana.

A inteligência artificial já existe há décadas, contudo, foi impulsionada com os avanços da informática e da computação. Atualmente, a IA é aplicada em diversas áreas: nos assistentes virtuais à disposição das pessoas, em sensores de reconhecimento facial dos celulares, nos carros autônomos, no agronegócio, na prevenção e tratamento de doenças, entre outros.

O potencial da inteligência artificial também tem sido cada vez mais utilizado no setor público. “Dois dos maiores

problemas do serviço público são o grande volume de demandas e a dificuldade em obter informações rápidas e fidedignas para a tomada de decisões gerenciais. A inteligência artificial pode ajudar a melhorar esses dois aspectos”, afirma o juiz federal Caio Moysés de Lima, vice-diretor do Foro (capital).

O magistrado ressalta que o processamento das demandas é facilitado com a IA, mediante a automação do trabalho repetitivo, diminuindo a incidência de erros e abreviando o tempo de atendimento à população. Além disso, essa ferramenta viabiliza a coleta e análise de dados gerenciais, o que tende a melhorar a qualidade da informação disponível e, por conseguinte, a qualidade das decisões dos gestores públicos.

No Poder Judiciário, vários tribunais têm utilizado esse recurso para acelerar a análise judicial das ações, racionalizar o fluxo de trabalho no Processo

Judicial Eletrônico (PJe) e localizar ações em que sejam aplicáveis precedentes do respectivo Tribunal. A IA também é usada no aprimoramento dos instrumentos de estatística e busca de jurisprudência, na alimentação dos dados no sistema processual a partir da leitura direta das petições iniciais e na criação de ferramentas para auxiliar a descoberta de fatores que dificultam o andamento processual.

Caio Moysés de Lima também destaca a recente criação, pelo CNJ, do Laboratório de Inteligência Artificial para o PJe, “que deve impulsionar as pesquisas em inteligência artificial no âmbito do Poder Judiciário”, aponta o magistrado.

A Inteligência Artificial no setor público deverá ser cada vez mais utilizada por gestores e governos. Por meio dela, será possível aprimorar a tomada de decisões, bem como prestar de forma mais rápida e eficaz os serviços à população. ■

SISTEMAS QUE UTILIZAM A IA NO JUDICIÁRIO

- Sistema Victor do STF - auxilia na identificação de ações vinculadas a temas de repercussão geral;
- Sistema Corpus927 - desenvolvido pela ENFAM em parceria com o STJ para facilitar a busca de decisões vinculantes, enunciados e orientações de que trata o art. 927 do CPC;
- Sistemas Ratinho e RADAR - criados pelo TJMG para facilitar a identificação de demandas repetitivas e a busca de outras informações relevantes na base do sistema processual;
- Sistema SINAPSES - desenvolvido pelo TJRO para automatizar tarefas repetitivas. Esse sistema será adotado como base para a criação de ferramentas de IA para o PJe em parceria com o CNJ;

